

DIREITO DO TRABALHO

FÉRIAS ANUAIS

DO DIREITO A FÉRIAS E DA SUA DURAÇÃO

👉 **TODO EMPREGADO TERÁ DIREITO ANUALMENTE AO GOZO DE UM PERÍODO DE FÉRIAS, SEM PREJUÍZO DA REMUNERAÇÃO.**



👉 **APÓS CADA PERÍODO DE 12 MESES DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO, O EMPREGADO TERÁ DIREITO A FÉRIAS, NA SEGUINTE PROPORÇÃO:**

30 DIAS CORRIDOS	QUANDO NÃO HOUVER FALTADO AO SERVIÇO MAIS DE 5 VEZES
24 DIAS CORRIDOS	QUANDO HOUVER TIDO DE 6 A 14 FALTAS
18 DIAS CORRIDOS	QUANDO HOUVER TIDO DE 15 A 23 FALTAS
12 DIAS CORRIDOS	QUANDO HOUVER TIDO DE 24 A 32 FALTAS.

➔ **É VEDADO DESCONTAR, DO PERÍODO DE FÉRIAS, AS FALTAS DO EMPREGADO AO SERVIÇO.**

➔ **O PERÍODO DAS FÉRIAS SERÁ COMPUTADO, PARA TODOS OS EFEITOS, COMO TEMPO DE SERVIÇO.**

DIREITO DO TRABALHO

ATIVIDADES INSALUBRES OU PERIGOSAS

☞ O EXERCÍCIO DE TRABALHO EM CONDIÇÕES INSALUBRES, ACIMA DOS LIMITES DE TOLERÂNCIA ESTABELECIDOS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ASSEGURA A PERCEPÇÃO DE **ADICIONAL** DE:

40% (GRAU MÁXIMO)

20% (GRAU MÉDIO)

10% (GRAU MÍNIMO)

ATIVIDADES PERIGOSAS

☞ CONSIDERADAS ATIVIDADES OU OPERAÇÕES PERIGOSAS, NA FORMA DA REGULAMENTAÇÃO APROVADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, AQUELAS QUE, POR SUA NATUREZA OU MÉTODOS DE TRABALHO, IMPLIQUEM RISCO ACENTUADO EM VIRTUDE DE EXPOSIÇÃO **PERMANENTE** DO TRABALHADOR A:

- ✓ INFLAMÁVEIS, EXPLOSIVOS OU ENERGIA ELÉTRICA;
- ✓ ROUBOS OU OUTRAS ESPÉCIES DE VIOLÊNCIA FÍSICA NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PESSOAL OU PATRIMONIAL.
- ✓ COLISÕES, ATROPELAMENTOS OU OUTRAS ESPÉCIES DE ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DOS AGENTES DAS AUTORIDADES DE TRÂNSITO

O TRABALHO EM CONDIÇÕES DE PERICULOSIDADE ASSEGURA AO EMPREGADO UM ADICIONAL DE **30% SOBRE O SALÁRIO**

SEM OS ACRÉSCIMOS RESULTANTES DE GRATIFICAÇÕES, PRÊMIOS OU PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DA EMPRESA

O EMPREGADO PODERÁ OPTAR PELO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE QUE PORVENTURA LHE SEJA DEVIDO.

SERÃO DESCONTADOS OU COMPENSADOS DO ADICIONAL OUTROS DA MESMA NATUREZA EVENTUALMENTE JÁ CONCEDIDOS AO VIGILANTE POR MEIO DE ACORDO COLETIVO.

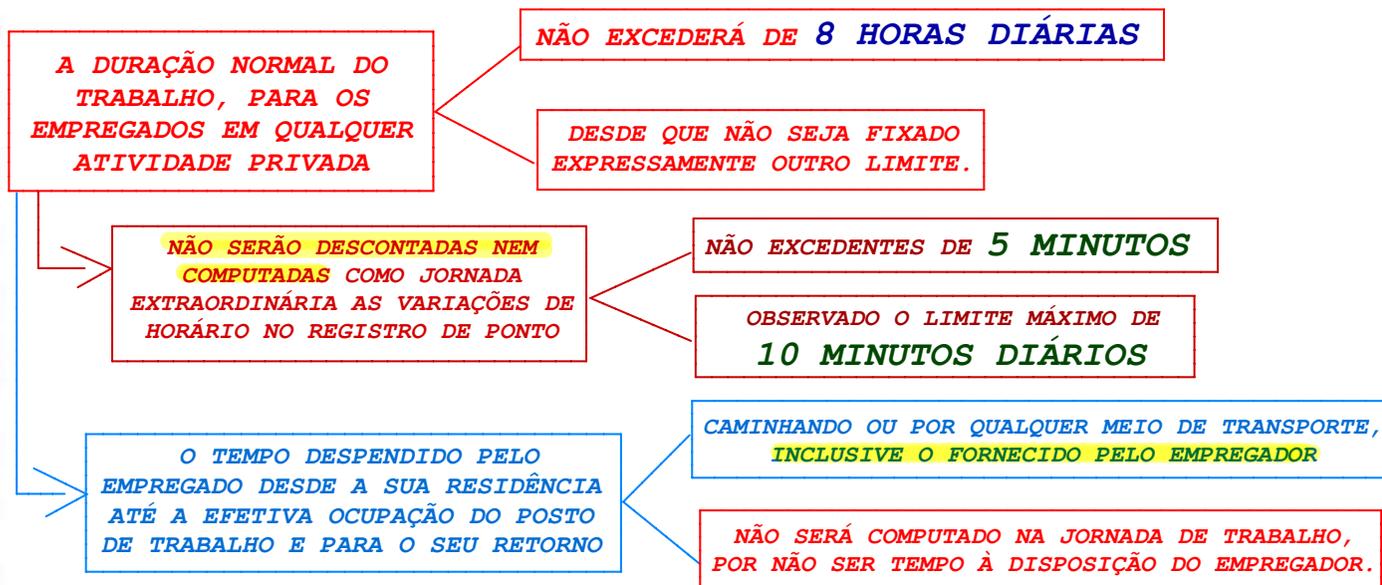
SÃO TAMBÉM CONSIDERADAS PERIGOSAS AS ATIVIDADES DE

TRABALHADOR **EM MOTOCICLETA** 

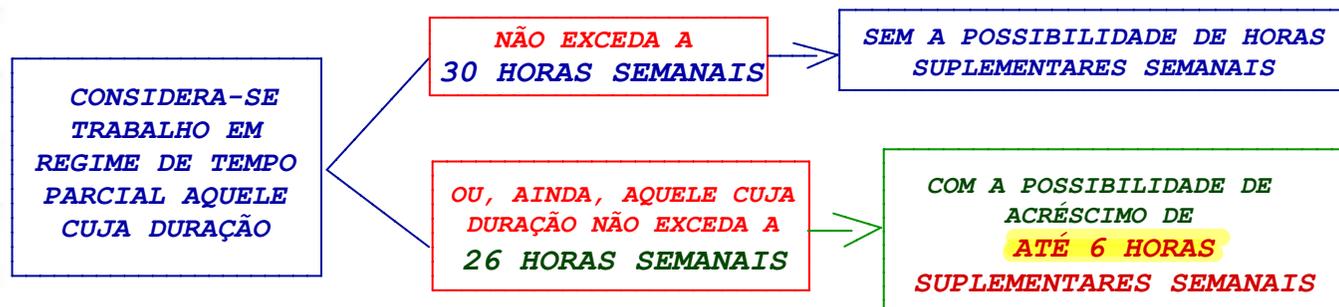
DIREITO DO TRABALHO

DA DURAÇÃO DO TRABALHO

JORNADA DE TRABALHO

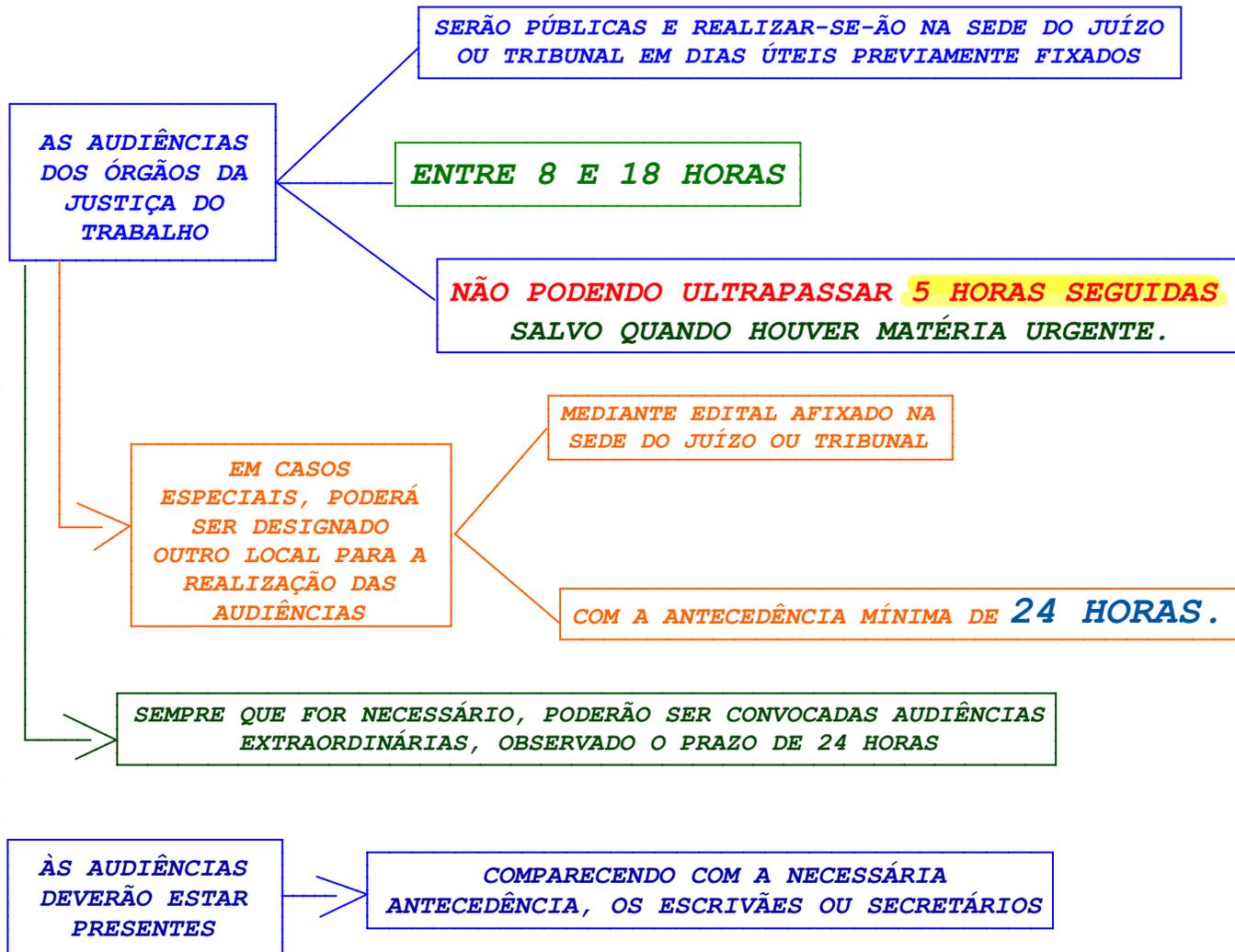


TRABALHO EM REGIME DE TEMPO PARCIAL



DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

DAS AUDIÊNCIAS



DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

RECURSOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO



DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

JUSTIÇA DO TRABALHO

DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E DOS JUÍZES DO TRABALHO

SÃO ÓRGÃOS
DA JUSTIÇA
DO TRABALHO

- ➡ O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO;
- ➡ OS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO;
- ➡ JUÍZES DO TRABALHO.

O TRIBUNAL
SUPERIOR DO
TRABALHO
COMPOR-SE-Á DE

27 MINISTROS

ESCOLHIDOS DENTRE BRASILEIROS COM MAIS DE
35 ANOS E MENOS DE 70 ANOS

DE NOTÁVEL SABER JURÍDICO E REPUTAÇÃO ILIBADA

NOMEADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA APÓS
APROVAÇÃO PELA MAIORIA ABSOLUTA DO SENADO FEDERAL

COMPOSIÇÃO

1/5

DENTRE ADVOGADOS COM MAIS DE 10 ANOS
DE EFETIVA ATIVIDADE PROFISSIONAL

E MEMBROS DO MPT COM MAIS DE
10 ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO

OS
DEMAIS

DENTRE JUÍZES DOS TRIBUNAIS
REGIONAIS DO TRABALHO, ORIUNDOS DA
MAGISTRATURA DA CARREIRA, INDICADOS
PELO PRÓPRIO TRIBUNAL SUPERIOR.

DIREITO CIVIL

PESSOAS JURÍDICAS

FUNDAÇÕES

CONSTITUÍDA A
FUNDAÇÃO POR NEGÓCIO
JURÍDICO ENTRE VIVOS

O INSTITUIDOR É OBRIGADO A TRANSFERIR-LHE A PROPRIEDADE,
OU OUTRO DIREITO REAL, SOBRE OS BENS DOTADOS

E, SE NÃO O FIZER, SERÃO REGISTRADOS,
EM NOME DELA, POR MANDADO JUDICIAL

AQUELES A QUEM O INSTITUIDOR COMETER A
APLICAÇÃO DO PATRIMÔNIO, EM TENDO CIÊNCIA DO
ENCARGO, FORMULARÃO LOGO, DE ACORDO COM AS SUAS
BASES, O ESTATUTO DA FUNDAÇÃO PROJETADA

SUBMETENDO-O, EM
SEGUIDA, À APROVAÇÃO DA
AUTORIDADE COMPETENTE,
COM RECURSO AO JUIZ

SE O ESTATUTO NÃO FOR
ELABORADO NO PRAZO
ASSINADO PELO INSTITUIDOR,
OU, NÃO HAVENDO PRAZO

EM 180 DIAS, A INCUMBÊNCIA
CABERÁ AO MINISTÉRIO PÚBLICO

VELARÁ PELAS
FUNDAÇÕES

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO ONDE SITUADAS

SE FUNCIONAREM NO DISTRITO
FEDERAL OU EM TERRITÓRIO

CABERÁ O ENCARGO AO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

SE ESTENDEREM A
ATIVIDADE POR MAIS
DE UM ESTADO

CABERÁ O ENCARGO, EM CADA UM DELES,
AO RESPECTIVO MINISTÉRIO PÚBLICO.

DIREITO CIVIL

PESSOAS NATURAIS

DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

**TODA
PESSOA**

É CAPAZ DE DIREITOS E DEVERES NA ORDEM CIVIL

**A PERSONALIDADE
CIVIL DA PESSOA**

COMEÇA DO NASCIMENTO COM VIDA

**MAS A LEI PÕE A SALVO, DESDE A
CONCEPÇÃO, OS DIREITOS DO NASCITURO**

**SÃO ABSOLUTAMENTE INCAPAZES
DE EXERCER PESSOALMENTE OS
ATOS DA VIDA CIVIL**

OS MENORES DE 16 ANOS

**☞ SÃO INCAPAZES, RELATIVAMENTE A CERTOS ATOS OU À
MANEIRA DE OS EXERCER:**

- ✓ OS MAIORES DE 16 E MENORES DE 18 ANOS;
- ✓ OS ÉBRIOS HABITUAIS E OS VICIADOS EM TÓXICO;
- ✓ AQUELES QUE, POR CAUSA TRANSITÓRIA OU PERMANENTE, NÃO PUDEREM EXPRESSAR SUA VONTADE;
- ✓ OS PRÓDIGOS.

☞ A CAPACIDADE DOS INDÍGENAS SERÁ REGULADA POR LEGISLAÇÃO ESPECIAL.

DIREITO CIVIL

NEGÓCIO JURÍDICO

DISPOSIÇÕES GERAIS

A VALIDADE DO
NEGÓCIO
JURÍDICO REQUER

AGENTE CAPAZ

OBJETO LÍCITO, POSSÍVEL,
DETERMINADO OU DETERMINÁVEL

FORMA PRESCRITA OU NÃO DEFESA EM LEI

A INCAPACIDADE
RELATIVA DE UMA
DAS PARTES

NÃO PODE SER INVOCADA PELA OUTRA EM BENEFÍCIO PRÓPRIO,
NEM APROVEITA AOS CO-INTERESSADOS CAPAZES

SALVO SE, NESTE CASO, FOR INDIVISÍVEL O
OBJETO DO DIREITO OU DA OBRIGAÇÃO COMUM

A IMPOSSIBILIDADE INICIAL
DO OBJETO NÃO INVALIDA O
NEGÓCIO JURÍDICO

SE FOR RELATIVA, OU SE CESSAR ANTES DE REALIZADA
A CONDIÇÃO A QUE ELE ESTIVER SUBORDINADO

A VALIDADE DA DECLARAÇÃO
DE VONTADE NÃO DEPENDERÁ
DE FORMA ESPECIAL

SENÃO QUANDO A LEI
EXPRESSAMENTE A EXIGIR.

DIREITO PENAL MILITAR

APLICAÇÃO DE LEI PENAL MILITAR

MEDIDAS DE SEGURANÇA

MEDIDAS DE
SEGURANÇA

REGEM-SE PELA LEI VIGENTE AO TEMPO DA SENTENÇA

PREVALECENDO, ENTRETANTO, SE DIVERSA,
A LEI VIGENTE AO TEMPO DA EXECUÇÃO

GRANDE PARTE DA DOCTRINA CONSIDERA ESSE ARTIGO INCONSTITUCIONAL

LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA

LEI EXCEPCIONAL
OU TEMPORÁRIA

EMBORA DECORRIDO O PERÍODO DE SUA DURAÇÃO OU CESSADAS
AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE A DETERMINARAM

APLICA-SE AO FATO PRATICADO DURANTE SUA VIGÊNCIA

TEMPO DO CRIME

(TEORIA DA ATIVIDADE)

CONSIDERA-SE PRATICADO O CRIME
NO MOMENTO DA AÇÃO OU OMISSÃO

AINDA QUE OUTRO SEJA O DO RESULTADO

LUGAR DO CRIME

(TEORIA DA UBIQUIDADE)

CONSIDERA-SE
PRATICADO O FATO

NO LUGAR EM QUE SE DESENVOLVEU A ATIVIDADE CRIMINOSA, NO
TODO OU EM PARTE, E AINDA QUE SOB FORMA DE PARTICIPAÇÃO

BEM COMO ONDE SE PRODUZIU OU DEVERIA PRODUZIR-SE O RESULTADO

NOS CRIMES
OMISSIVOS

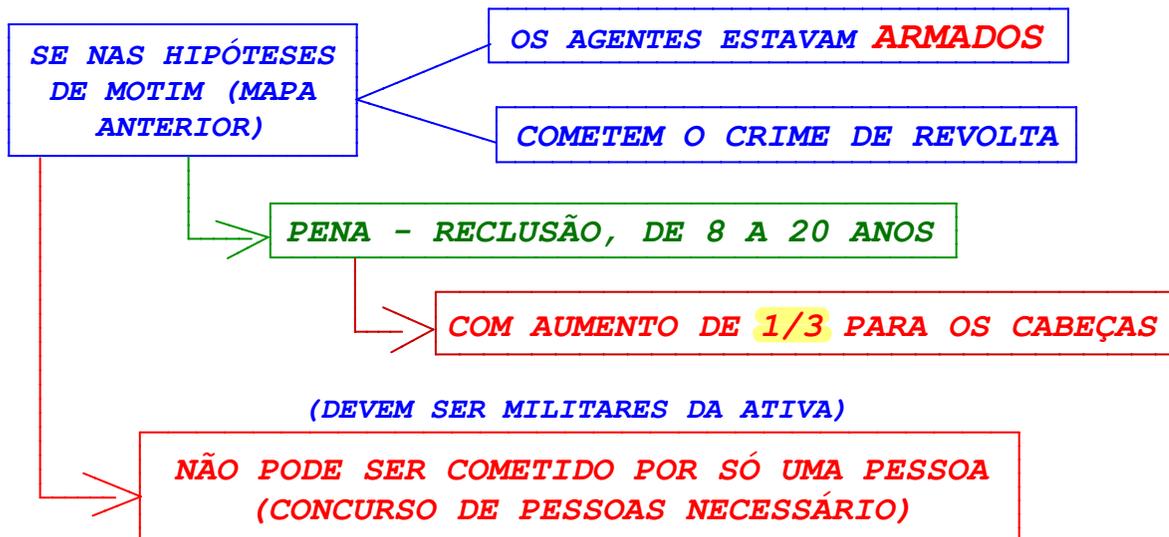
O FATO CONSIDERA-SE PRATICADO NO LUGAR EM
QUE DEVERIA REALIZAR-SE A AÇÃO OMITIDA

(TEORIA DA ATIVIDADE)

DIREITO PENAL MILITAR

CRIMES CONTRA A AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR

REVOLTA



🔥 DIFERENÇA ENTRE MOTIM E REVOLTA 🔥

MOTIM → SEM ARMAS

REVOLTA → COM ARMAS → NÃO É NECESSÁRIO UTILIZÁ-LAS

DIREITO PENAL MILITAR

DOS CRIMES CONTRA O SERVIÇO MILITAR E O DEVER MILITAR

CAPÍTULO II - DA DESERÇÃO

DESERÇÃO

 **DESPENCA EM PROVA** 

AUSENTAR-SE O MILITAR,
SEM LICENÇA, DA UNIDADE
EM QUE SERVE, OU DO LUGAR
EM QUE DEVE PERMANECER

POR MAIS DE **8 DIAS**

PENA - DETENÇÃO, DE 6 MESES A 2 ANOS

SE OFICIAL: A PENA É AGRAVADA.

SUJEITO ATIVO: SOMENTE O MILITAR EM ATIVIDADE

DURANTE OS PRIMEIROS 8 DIAS

O MILITAR COMETERÁ SOMENTE INFRAÇÃO DISCIPLINAR. APÓS O PRAZO, CONFIGURA O CRIME

CRIME PERMANENTE

A SUA CONSUMAÇÃO SE PROTRAI NO TEMPO

ESTANDO O DESERTOR SUJEITO À PRISÃO, DESDE O INÍCIO DA CONSUMAÇÃO DO CRIME

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

INQUIRIÇÃO. LIMITE DE TEMPO

A TESTEMUNHA NÃO
SERÁ INQUIRIDA POR
MAIS DE 4 HORAS
CONSECUTIVAS

SENDO-LHE FACULTADO O DESCANSO DE MEIA HORA, SEMPRE QUE
TIVER DE PRESTAR DECLARAÇÕES ALÉM DAQUELE TERMO.

O DEPOIMENTO QUE NÃO FICAR CONCLUÍDO ÀS 18 HORAS SERÁ
ENCERRADO, PARA PROSSEGUIR NO DIA SEGUINTE, EM HORA
DETERMINADA PELO ENCARREGADO DO INQUÉRITO.

NÃO SENDO ÚTIL O DIA SEGUINTE, A
INQUIRIÇÃO PODERÁ SER ADIADA PARA
O PRIMEIRO DIA QUE O FOR

SALVO CASO DE URGÊNCIA

PRAZOS PARA TERMINAÇÃO DO INQUÉRITO

O INQUÉRITO
DEVERÁ
TERMINAR
DENTRO DE

20 DIAS

SE O INDICIADO ESTIVER PRESO, CONTADO ESSE PRAZO A
PARTIR DO DIA EM QUE SE EXECUTAR A ORDEM DE PRISÃO

40 DIAS

QUANDO O INDICIADO ESTIVER SOLTO, CONTADOS A
PARTIR DA DATA EM QUE SE INSTAURAR O INQUÉRITO.

ESTE PRAZO PODERÁ SER PRORROGADO POR MAIS 20 DIAS PELA AUTORIDADE MILITAR SUPERIOR,
DESDE QUE NÃO ESTEJAM CONCLUÍDOS EXAMES OU PERÍCIAS JÁ INICIADOS, OU HAJA NECESSIDADE
DE DILIGÊNCIA, INDISPENSÁVEIS À ELUCIDAÇÃO DO FATO. O PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DEVE SER
FEITO EM TEMPO OPORTUNO, DE MODO A SER ATENDIDO ANTES DA TERMINAÇÃO DO PRAZO.

DILIGÊNCIAS NÃO CONCLUÍDAS ATÉ O INQUÉRITO

☞ NÃO HAVERÁ MAIS PRORROGAÇÃO, ALÉM DA PREVISTA ACIMA, SALVO DIFICULDADE INSUPERÁVEL, A
JUÍZO DO MINISTRO DE ESTADO COMPETENTE.

☞ OS LAUDOS DE PERÍCIAS OU EXAMES NÃO CONCLUÍDOS NESTA PRORROGAÇÃO, BEM COMO OS DOCUMENTOS
COLHIDOS DEPOIS DELA, SERÃO POSTERIORMENTE REMETIDOS AO JUIZ, PARA A JUNTADA AO PROCESSO. AINDA,
NO SEU RELATÓRIO, PODERÁ O ENCARREGADO DO INQUÉRITO INDICAR, MENCIONANDO, SE POSSÍVEL, O LUGAR
ONDE SE ENCONTRAM AS TESTEMUNHAS QUE DEIXARAM DE SER OUVIDAS, POR QUALQUER IMPEDIMENTO.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

DO JUIZ, AUXILIARES E PARTES DO PROCESSO

DO ACUSADO, SEUS DEFENSORES E CURADORES - PERSONALIDADE DO ACUSADO

**CONSIDERA-SE
ACUSADO**

AQUELE A QUEM É IMPUTADA A PRÁTICA DE INFRAÇÃO PENAL EM DENÚNCIA RECEBIDA.

IDENTIFICAÇÃO DO ACUSADO

A IMPOSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DO ACUSADO COM O SEU VERDADEIRO NOME OU OUTROS QUALIFICATIVOS NÃO RETARDARÁ O PROCESSO, QUANDO CERTA SUA IDENTIDADE FÍSICA.

A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PROCESSO OU DA EXECUÇÃO DA SENTENÇA, FAR-SE-Á A RETIFICAÇÃO, POR TERMO, NOS AUTOS, SEM PREJUÍZO DA VALIDADE DOS ATOS PRECEDENTES.

NOMEAÇÃO OBRIGATÓRIA DE DEFENSOR

NENHUM ACUSADO, AINDA QUE AUSENTE OU FORAGIDO,

SERÁ PROCESSADO OU JULGADO SEM DEFENSOR.

CONSTITUIÇÃO
DE DEFENSOR

A CONSTITUIÇÃO DE DEFENSOR INDEPENDERÁ DE INSTRUMENTO DE MANDADO, SE O ACUSADO O INDICAR POR OCASIÃO DO INTERROGATÓRIO OU EM QUALQUER OUTRA FASE DO PROCESSO POR TÊRMO NOS AUTOS.

DEFENSOR
DATIVO

O JUIZ NOMEARÁ DEFENSOR AO ACUSADO QUE O NÃO TIVER, FICANDO A ESTE RESSALVADO O DIREITO DE, A TODO O TEMPO, CONSTITUIR OUTRO, DE SUA CONFIANÇA.

DEFESA
PRÓPRIA DO
ACUSADO

A NOMEAÇÃO DE DEFENSOR NÃO OBSTA AO ACUSADO O DIREITO DE A SI MESMO DEFENDER-SE, CASO TENHA HABILITAÇÃO

MAS O JUIZ MANTERÁ A NOMEAÇÃO, SALVO RECUSA EXPRESSA DO ACUSADO, A QUAL CONSTARÁ DOS AUTOS.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

RECURSOS

APELAÇÃO

RECORRENTE	PRAZO	INÍCIO
PARTES	5 DIAS	☞ CONTADOS DA INTIMAÇÃO
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO HABILITADO	5 DIAS	☞ DO DIA EM QUE TERMINAR O PRAZO PARA O MP ☞ CASO TENHA SIDO INTIMADO APÓS O MP, SERÁ CONTADO DA DATA DA INTIMAÇÃO
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO NÃO HABILITADO	15 DIAS	☞ CONTADOS DO DIA EM QUE TERMINAR O PRAZO DO MP

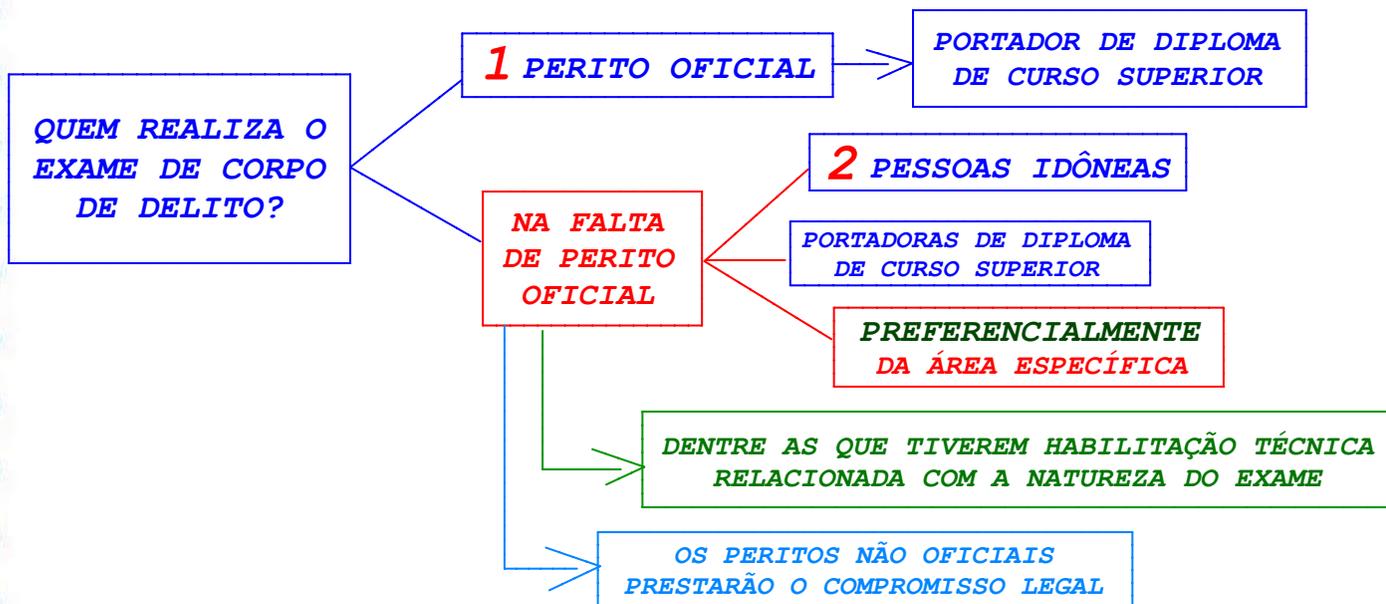
PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES

EM REGRA	8 DIAS
APRESENTADAS PELO ASSISTENTE EM RELAÇÃO AO RECURSO QUE NÃO FOI POR ELE INTERPOSTO	3 DIAS
NOS PROCESSOS POR CONTRAÇÃO	3 DIAS
NO RITO SUMARÍSSIMO (JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL)	JUNTO COM A APELAÇÃO

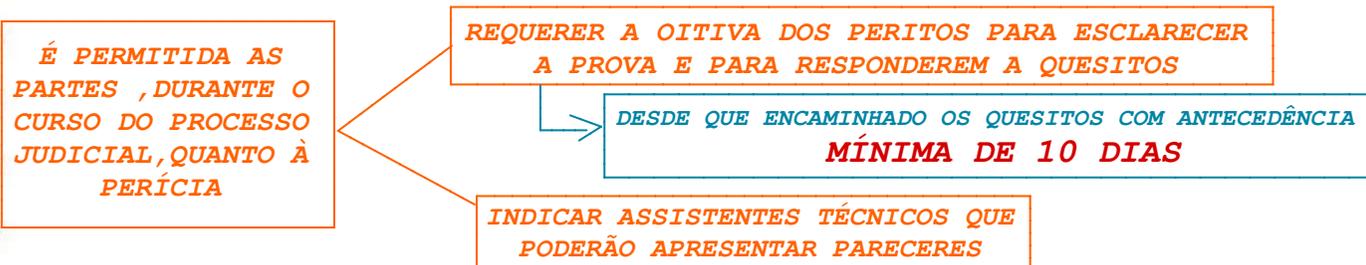
DIREITO PROCESSUAL PENAL

DO EXAME DE CORPO DE DELITO

QUEM REALIZA O EXAME DE CORPO DE DELITO?



OITIVA DOS PERITOS E INDICAÇÃO DE ASSISTENTES TÉCNICOS



DIREITO PROCESSUAL PENAL

DICA - PRISÃO EM FLAGRANTE

ESPÉCIES DE FLAGRANTE

FLAGRANTE PRÓPRIO

ESTÁ COMETENDO A INFRAÇÃO PENAL

OU ACABA DE COMETÊ-LA

FLAGRANTE IMPRÓPRIO

(QUASE-FLAGRANTE)

**É PERSEGUIDO, LOGO APÓS, PELA
AUTORIDADE, OFENDIDO OU QUALQUER PESSOA**

**EM SITUAÇÃO QUE FAÇA PRESUMIR
SER AUTOR DA INFRAÇÃO**

FLAGRANTE PRESUMIDO

(FICTO)

**É ENCONTRADO, LOGO DEPOIS, COM
INSTRUMENTOS, ARMAS, OBJETOS OU PAPÉIS**

**QUE FAÇAM PRESUMIR SER
ELE AUTOR DA INFRAÇÃO**

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

À MEDIDA QUE

EXPRESSA IDEIA DE **PROPORÇÃO**

PODE SUBSTITUIR POR
"À PROPORÇÃO QUE"

EX: À MEDIDA QUE O TEMPO
PASSA, ELE FICA MAIS FORTE

X

**NA MEDIDA
EM QUE**

EXPRESSA IDEIA DE **CAUSA**

PODE TAMBÉM SER USADA COMO
CONDIÇÃO OU PROPORÇÃO

PODE SER SUBSTITUÍDA POR: **"UMA VEZ QUE"**
"VISTO QUE", **"JÁ QUE"**, DENTRE OUTROS

OBS: AS BANCAS, EM GERAL,
COBRAM MAIS A EXPRESSÃO
COM IDEIA DE CAUSA

EX: NA MEDIDA EM QUE VOCÊ
ESTUDOU, PASSOU NO CONCURSO

LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO

USO DOS PORQUÊS

<p>POR QUE (PERGUNTA)</p>	<p>➡ EQUIVALE A "POR QUAL RAZÃO", "POR QUAL MOTIVO", "PELA QUAL", "PELOS QUAIS"</p> <p>EX - POR QUE VOCÊ QUER SER APROVADO NO CONCURSO DA PF?</p> <p>EX - ESTAS SÃO AS RAZÕES POR QUE ESTUDO BASTANTE</p>
<p>POR QUÊ (FIM DE FRASE)</p>	<p>➡ É UTILIZADO NO FINAIS DE FRASES, ANTES DE PONTO FINAL, DE INTERROGAÇÃO, DE EXCLAMAÇÃO OU DE RETICÊNCIAS</p> <p>EX - ESTUDO BASTANTE PARA SER APROVADO. SABE POR QUÊ?</p> <p>EX - O CONTRATO NÃO FOI ASSINADO. POR QUÊ?</p>
<p>PORQUE (RESPOSTA)</p>	<p>➡ CORRESPONDE A UMA EXPLICAÇÃO OU UMA CAUSA (POIS, JÁ QUE, UMA VEZ QUE, PORQUANTO. .)</p> <p>EX - COMPREI ESTE COMPUTADOR PORQUE É MAIS BARATO</p> <p>EX - ESTUDO PORQUE EU QUERO PASSAR</p>
<p>PORQUÊ (SUBSTANTIVO)</p>	<p>➡ EQUIVALE A UM SUBSTANTIVO (É ANTECEDIDO DE UM DETERMINANTE) - TEM SIGNIFICADO DE "MOTIVO", "RAZÃO"</p> <p>EX - NÃO SEI O PORQUÊ DESSA ESCOLHA</p> <p>EX - EU SEI O PORQUÊ DA SUA DEDICAÇÃO</p>

LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

EM VEZ DE

(NA DÚVIDA, OPTE
SEMPRE POR ELA)

X

AO INVÉS DE

EM GERAL, USADO COM SIGNIFICADO
DE "NO LUGAR DE"

MAIS ABRANGENTE - ALÉM DE SER USADO
PARA IDEIAS DIFERENTES, PODE SER USADO
TAMBÉM PARA IDEIAS CONTRÁRIAS

EM VEZ DE TELEFONAR PARA O MEU AMIGO,
IREI MANDAR UMA MENSAGEM PARA ELE

SIGNIFICA - IDEIAS CONTRÁRIAS,
OPOSIÇÃO, "AO CONTRÁRIO DE"

SOMENTE PODE SER USADO
NO SENTIDO DE OPOSIÇÃO

EX: AO INVÉS DE DESCER, SUBIU

LÍNGUA PORTUGUESA

SINTAXE

ADJUNTO ADNOMINAL x COMPLEMENTO NOMINAL

ADJUNTO ADNOMINAL	COMPLEMENTO NOMINAL
SOMENTE SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS CONCRETOS E ABSTRATOS	SE LIGA A: ✓ SUBSTANTIVOS ABSTRATOS ✓ ADJETIVOS ✓ ADVÉRBIOS
PODE SER OU NÃO PREPOSICIONADO	É NECESSARIAMENTE PREPOSICIONADO
PRINCIPAL PEGADINHA DE PROVA PARA CONFUNDIR OS DOIS: NO CASO DE SUBSTANTIVO ABSTRATO COM TERMO PREPOSICIONADO "DE". NESSE CASO, VEJA COMO DISTINGUIR:	
◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO AGENTE: SERÁ ADJUNTO ADNOMINAL	◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO PACIENTE: SERÁ COMPLEMENTO NOMINAL
◆ SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (UM ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ PODE INDICAR POSSE	◆ NÃO É SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (ADJETIVO EQUIVALENTE) ◆ NÃO PODE INDICAR POSSE
EX: O CONSUMO DOS BRASILEIROS (OS BRASILEIROS CONSOMEM - AGENTE)	EX: O CONSUMO DE PÃO (O PÃO É CONSUMIDO - PACIENTE)

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

DISPOSIÇÕES GERAIS

✓ ATENDENTE PESSOAL

PESSOA, MEMBRO OU NÃO DA FAMÍLIA, QUE, COM OU SEM REMUNERAÇÃO, ASSISTE OU PRESTA CUIDADOS BÁSICOS E ESSENCIAIS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES DIÁRIAS,

EXCLUÍDAS AS TÉCNICAS OU OS PROCEDIMENTOS IDENTIFICADOS COM PROFISSÕES LEGALMENTE ESTABELECIDAS

✓ PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

PESSOA QUE EXERCE ATIVIDADES DE ALIMENTAÇÃO, HIGIENE E LOCOMOÇÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA E ATUA EM TODAS AS ATIVIDADES ESCOLARES NAS QUAIS SE FIZER NECESSÁRIA

EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO, EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS, EXCLUÍDAS AS TÉCNICAS OU OS PROCEDIMENTOS IDENTIFICADOS COM PROFISSÕES LEGALMENTE ESTABELECIDAS

✓ ACOMPANHANTE

AQUELE QUE ACOMPANHA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PODENDO OU NÃO DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE ATENDENTE PESSOAL

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

**DA IGUALDADE E DA
NÃO DISCRIMINAÇÃO**

**TODA PESSOA COM DEFICIÊNCIA TEM DIREITO À
IGUALDADE DE OPORTUNIDADES COM AS DEMAIS PESSOAS**

E NÃO SOFRERÁ NENHUMA ESPÉCIE DE DISCRIMINAÇÃO

**CONSIDERA-SE
DISCRIMINAÇÃO
EM RAZÃO DA
DEFICIÊNCIA**

**TODA FORMA DE DISTINÇÃO, RESTRIÇÃO OU EXCLUSÃO, POR
AÇÃO OU OMISSÃO, QUE TENHA O PROPÓSITO OU O EFEITO
DE PREJUDICAR, IMPEDIR OU ANULAR O RECONHECIMENTO OU
O EXERCÍCIO DOS DIREITOS E DAS LIBERDADES
FUNDAMENTAIS DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA,**

**INCLUINDO A RECUSA DE ADAPTAÇÕES RAZOÁVEIS E
DE FORNECIMENTO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS**

**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NÃO ESTÁ OBRIGADA À FRUIÇÃO
DE BENEFÍCIOS DECORRENTES DE AÇÃO AFIRMATIVA**

**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA SERÁ PROTEGIDA DE TODA FORMA DE
NEGLIGÊNCIA, DISCRIMINAÇÃO, EXPLORAÇÃO, VIOLÊNCIA, TORTURA,
CRUELDADE, OPRESSÃO E TRATAMENTO DESUMANO OU DEGRADANTE**

**SÃO CONSIDERADOS
ESPECIALMENTE
VULNERÁVEIS**

**A CRIANÇA, O ADOLESCENTE, A
MULHER E O IDOSO, COM DEFICIÊNCIA**

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS DIREITOS HUMANOS

INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA (IDC)

IDC

**LEGITIMIDADE - PROCURADOR
GERAL DA REPÚBLICA (PGR)**

**QUANDO CONSTATADA GRAVE VIOLAÇÃO DE
DIREITOS HUMANOS (NÃO É QUALQUER
VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS)**

**PGR SUSCITA IDC PARA QUE O PROCESSO QUE TRAMITE
NA JUSTIÇA ESTADUAL OU NA JUSTIÇA ESPECIAL SEJA
ENCAMINHADO À JUSTIÇA **FEDERAL****

ESSE INCIDENTE É DIRECIONADO AO **STJ
(NÃO É STF, CUIDADO!)**

**ESSE DESLOCAMENTO PODE OCORRER NO
INQUÉRITO OU NA FASE PROCESSUAL**

**IMPRESCINDÍVEL A DEMONSTRAÇÃO DE QUE AS
INSTÂNCIAS LOCAIS NÃO FORAM SUFICIENTES PARA DAR
RESPOSTAS ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS**

**TEM COMO OBJETIVO ASSEGURAR O CUMPRIMENTO E
OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE TRATADOS INTERNACIONAIS DE
DIREITOS HUMANOS DOS QUAIS O BRASIL SEJA PARTE**

FOI INCLUÍDO NA CF PELA EC 45/2004

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS

👉 **SÃO ESTRUTURAS
NORMATIVAS ABERTAS**

COM FOCO MAIOR EM PRINCÍPIOS

**EMBORA TAMBÉM SEJAM
COMPOSTOS POR REGRAS**

ESSA ÊNFASE AOS PRINCÍPIOS DECORRE DO PÓS-POSITIVISMO

**CORRENTE FILOSÓFICA QUE VISA ESTREITAR A
RELAÇÃO ENTE O DIREITO E A MORAL, INSERINDO
TEOR VALORATIVO EM SUA APLICAÇÃO**

A QUEM SE APLICAM?

**A QUEM SE
APLICAM?**

INDIVÍDUOS E COLETIVIDADE

**EXCEPCIONALMENTE, ÀS PESSOAS JURÍDICAS
(EXEMPLO - DIREITO À IMAGEM DA PJ)**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

O PROCESSO COMEÇA
POR INICIATIVA
DA PARTE

E SE DESENVOLVE POR IMPULSO OFICIAL

SALVO AS EXCEÇÕES PREVISTAS EM LEI

➡ NÃO SE EXCLUIRÁ DA APRECIÇÃO JURISDICIONAL AMEAÇA OU LESÃO A DIREITO

➤ É PERMITIDA A ARBITRAGEM, NA FORMA DA LEI

➤ O ESTADO PROMOVERÁ, SEMPRE QUE POSSÍVEL, A
SOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS

➤ A CONCILIAÇÃO, A MEDIAÇÃO E OUTROS MÉTODOS DE SOLUÇÃO
CONSENSUAL DE CONFLITOS DEVERÃO SER ESTIMULADOS POR JUÍZES,
ADVOGADOS, DEFENSORES PÚBLICOS E MEMBROS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO, INCLUSIVE NO CURSO DO PROCESSO JUDICIAL

AS PARTES TÊM O DIREITO DE
OBTER EM PRAZO RAZOÁVEL A
SOLUÇÃO INTEGRAL DO MÉRITO

➤ INCLUÍDA A ATIVIDADE
SATISFATIVA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

FUNÇÃO JURISDICIONAL

DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO

PARA POSTULAR EM JUÍZO
É NECESSÁRIO TER

INTERESSE E LEGITIMIDADE

NINGUÉM PODERÁ
PLEITEAR DIREITO
ALHEIO EM NOME PRÓPRIO

SALVO QUANDO AUTORIZADO
PELO ORDENAMENTO JURÍDICO

HAVENDO SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL, O SUBSTITUÍDO
PODERÁ INTERVIR COMO ASSISTENTE LITISCONSORCIAL

O INTERESSE DO AUTOR
PODE LIMITAR-SE À
DECLARAÇÃO

DA EXISTÊNCIA, DA INEXISTÊNCIA OU DO
MODO DE SER DE UMA RELAÇÃO JURÍDICA

DA AUTENTICIDADE OU DA
FALSIDADE DE DOCUMENTO

É ADMISSÍVEL A
AÇÃO MERAMENTE
DECLARATÓRIA

AINDA QUE TENHA OCORRIDO
A VIOLAÇÃO DO DIREITO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

COMPETÊNCIA

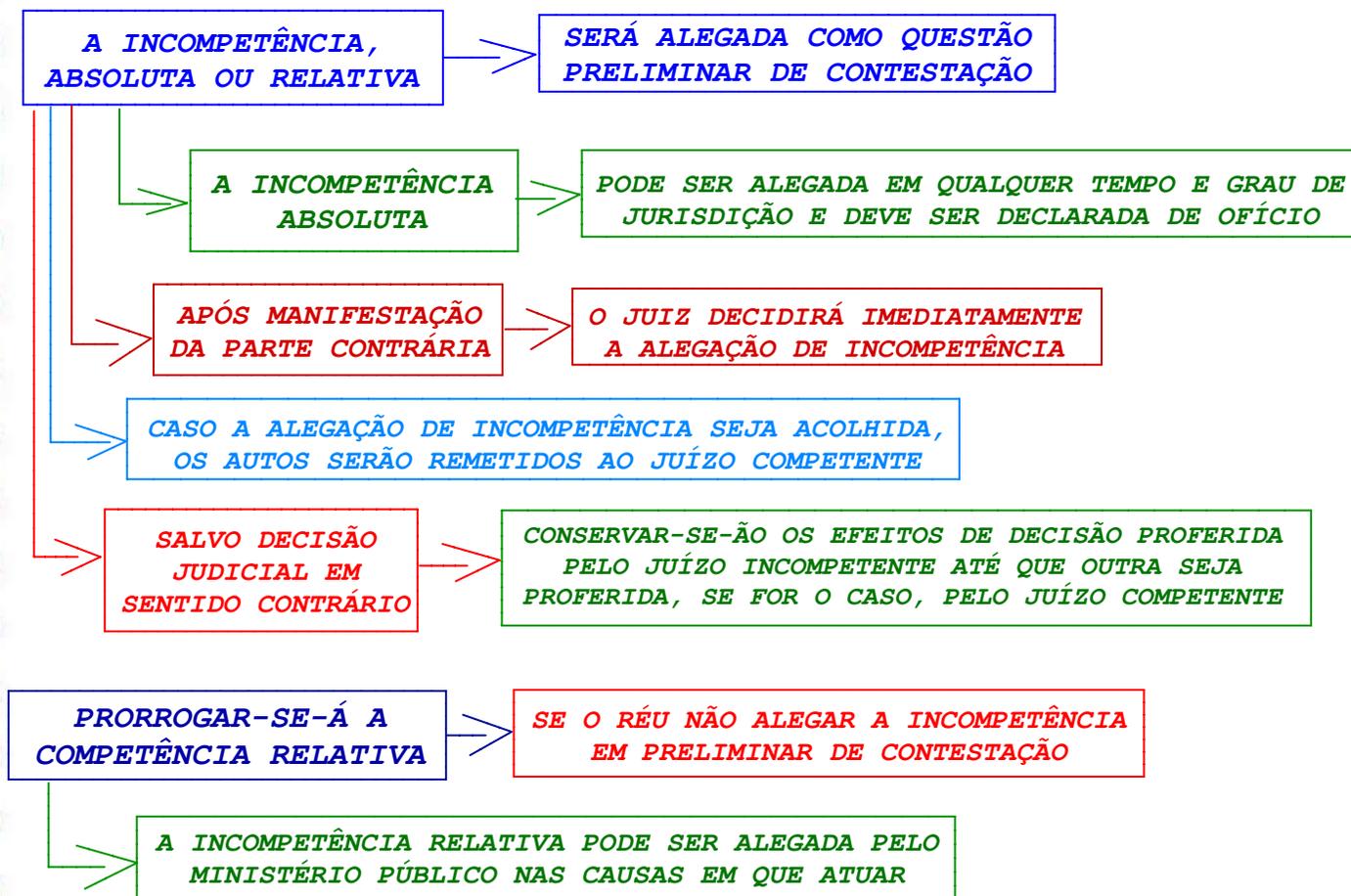
MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

COMPETÊNCIA

INCOMPETÊNCIA

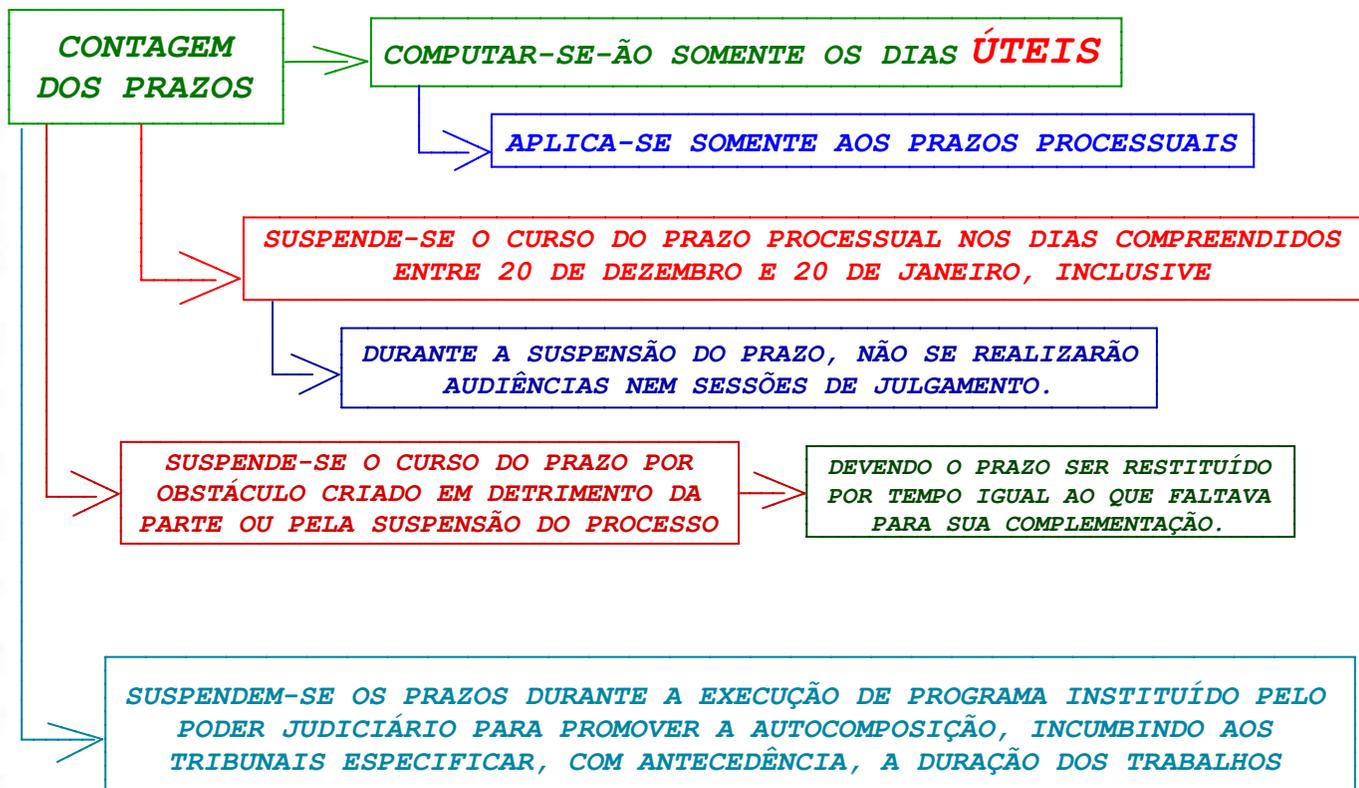


DIREITO PROCESSUAL CIVIL

ATOS PROCESSUAIS

PRAZOS PROCESSUAIS

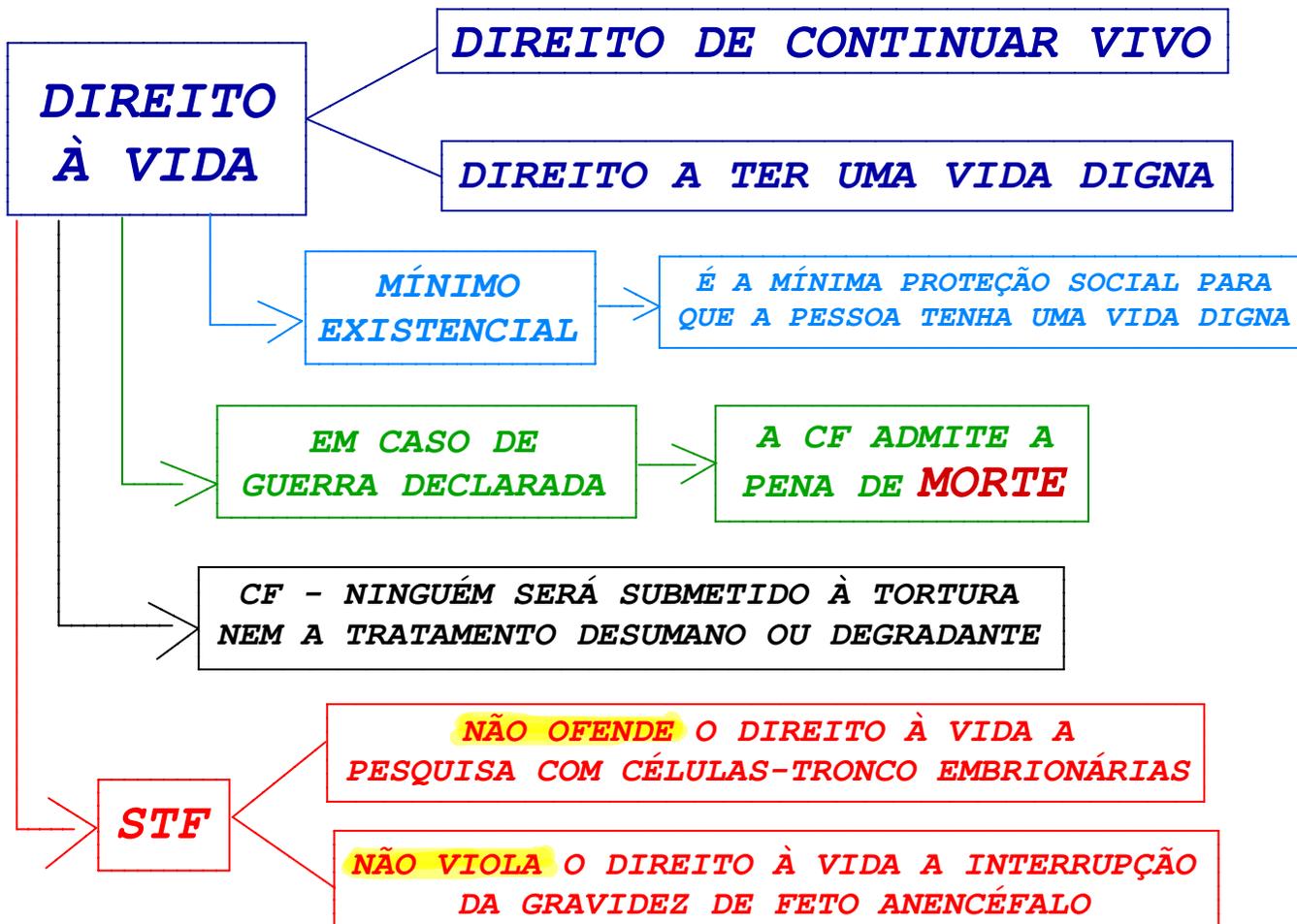
CONTAGEM DOS PRAZOS



DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITO À VIDA



DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

☞ SÃO NORMAS PARA QUE O LEGISLADOR TIPIFIQUE DETERMINADAS CONDUTAS

CRIMES	INAFIANÇÁVEIS	IMPRESCRITÍVEIS	INSUSCITÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA
TERRORISMO/ TORTURA/TRÁFICO DE DROGAS + CRIMES HEDIONDOS			
RACISMO + AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS			

OBS: A CF NÃO TIPIFICA CRIMES

DIREITO CONSTITUCIONAL

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

PEGADINHAS MAIS COBRADAS EM PROVA



SEGURIDADE SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIREITO PROCESSUAL	PROCEDIMENTOS EM MATÉRIA PROCESSUAL
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE



DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	EDUCAÇÃO
PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE

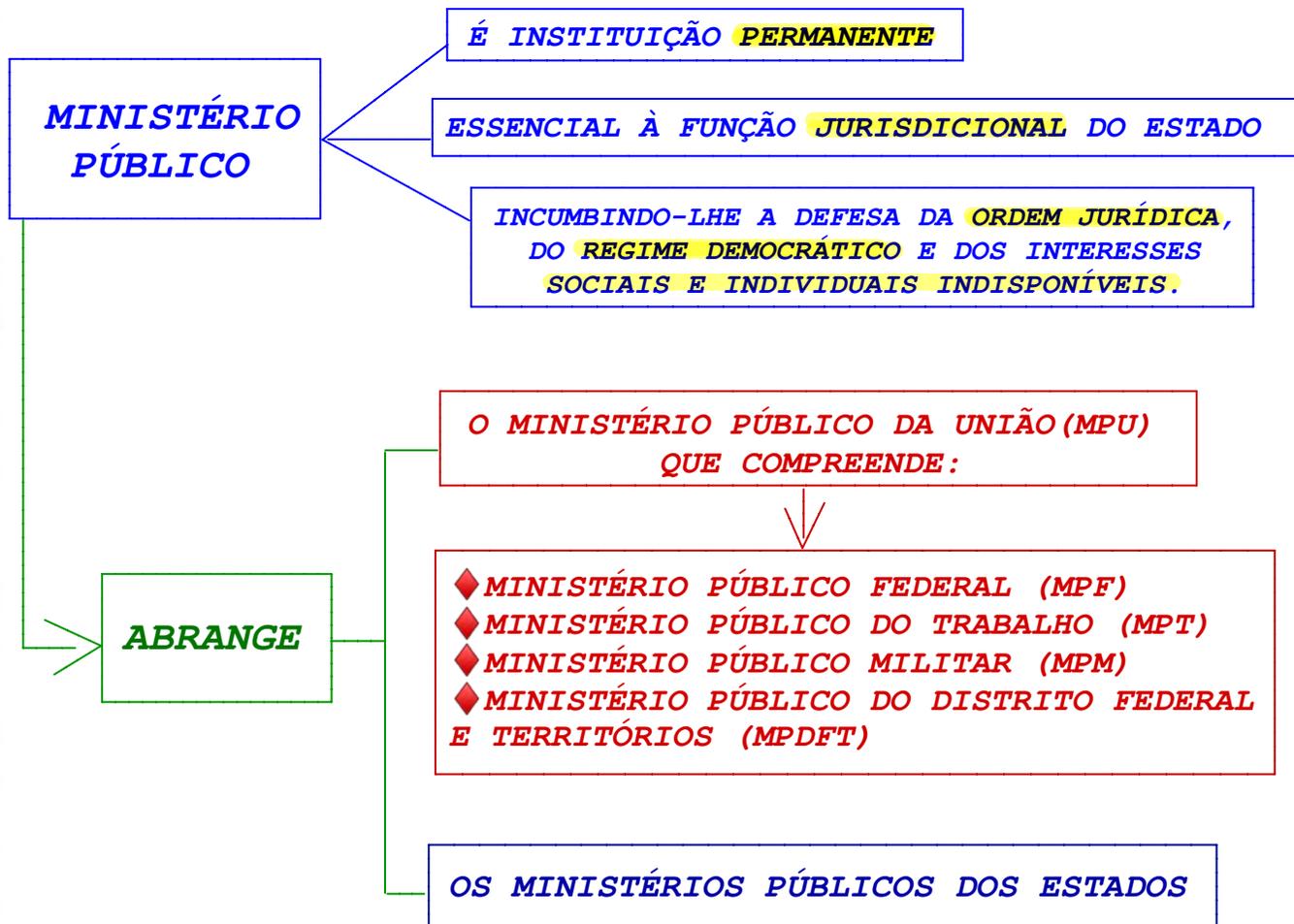


TRÂNSITO E TRANSPORTE	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA DO TRÂNSITO
PRIVATIVA DA UNIÃO	COMUM

DIREITO CONSTITUCIONAL

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO



DIREITO CONSTITUCIONAL

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

GARANTIAS FUNCIONAIS

VITALICIEDADE

APÓS 2 ANOS DE EXERCÍCIO

NÃO PODE PERDER O CARGO SENÃO POR SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO

INAMOVIBILIDADE

IMPEDE QUE O MEMBRO DO MP SEJA REMOVIDO DE OFÍCIO

SALVO POR MOTIVO DE INTERESSE PÚBLICO, MEDIANTE DECISÃO DO ÓRGÃO COLEGIADO COMPETENTE DO MP

PELO VOTO DA MAIORIA ABSOLUTA DE SEUS MEMBROS, ASSEGURADA AMPLA DEFESA

IRREDUTIBILIDADE DE SUBSÍDIO

BUSCA PROTEGER OS GANHOS DOS MEMBROS DO MP CONTRA INTERFERÊNCIAS POLÍTICAS

É NOMINAL - NÃO LEVA EM CONSIDERAÇÃO A INFLAÇÃO

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)

✓ OS MEMBROS DO
CONSELHO ORIUNDOS DO
MP SERÃO INDICADOS
PELOS RESPECTIVOS **MPs**

COMPOSIÇÃO DO CNMP

 **PRESIDENTE DO
CONSELHO FEDERAL
DA OAB**

OFICIARÁ JUNTO
AO CNMP

COMPOSTO POR **14 MEMBROS**

**PROCURADOR-GERAL
DA REPÚBLICA (PGR)**

PRESIDE O
CONSELHO

4 MEMBROS MPU

UM DE CADA
CARREIRA

3 MEMBROS MPes

2 JUÍZES 

1 INDICADO PELO STF

1 INDICADO PELO STJ

2 ADVOGADOS

INDICADOS PELO
CONSELHO FEDERAL DA OAB

2 CIDADÃOS

1 INDICADO PELA CÂMARA

1 INDICADO PELO SENADO

(NOTÁVEL SABER JURÍDICO E
REPUTAÇÃO ILIBADA)

DIREITO ADMINISTRATIVO

MODALIDADES DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA

DE BENS E SERVIÇOS ESPECIAIS

(RITO COMUM)

CONCORRÊNCIA

MODALIDADE PARA
CONTRATAÇÃO

DE OBRAS

SERVIÇOS COMUNS E
ESPECIAIS DE ENGENHARIA

OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA
ADMITEM O PREGÃO OU A CONCORRÊNCIA

CRITÉRIOS DE
JULGAMENTO

✓ MENOR PREÇO; ✓ TÉCNICA E PREÇO;
✓ MELHOR TÉCNICA OU ✓ MAIOR RETORNO ECONÔMICO;
✓ CONTEÚDO ARTÍSTICO; ✓ MAIOR DESCONTO.

BENS E
SERVIÇOS
ESPECIAIS

☞ NÃO SÃO COMUNS;
☞ NÃO PODEM SER DEFINIDOS OBJETIVAMENTE;
☞ POSSUEM "ALTA HETEROGENEIDADE OU COMPLEXIDADE".

CONCEITO
DE OBRAS

☞ SÃO PRIVATIVAS DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO;
☞ INOVAM O ESPAÇO FÍSICO DA NATUREZA;
☞ ACARRETAM ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DO IMÓVEL.

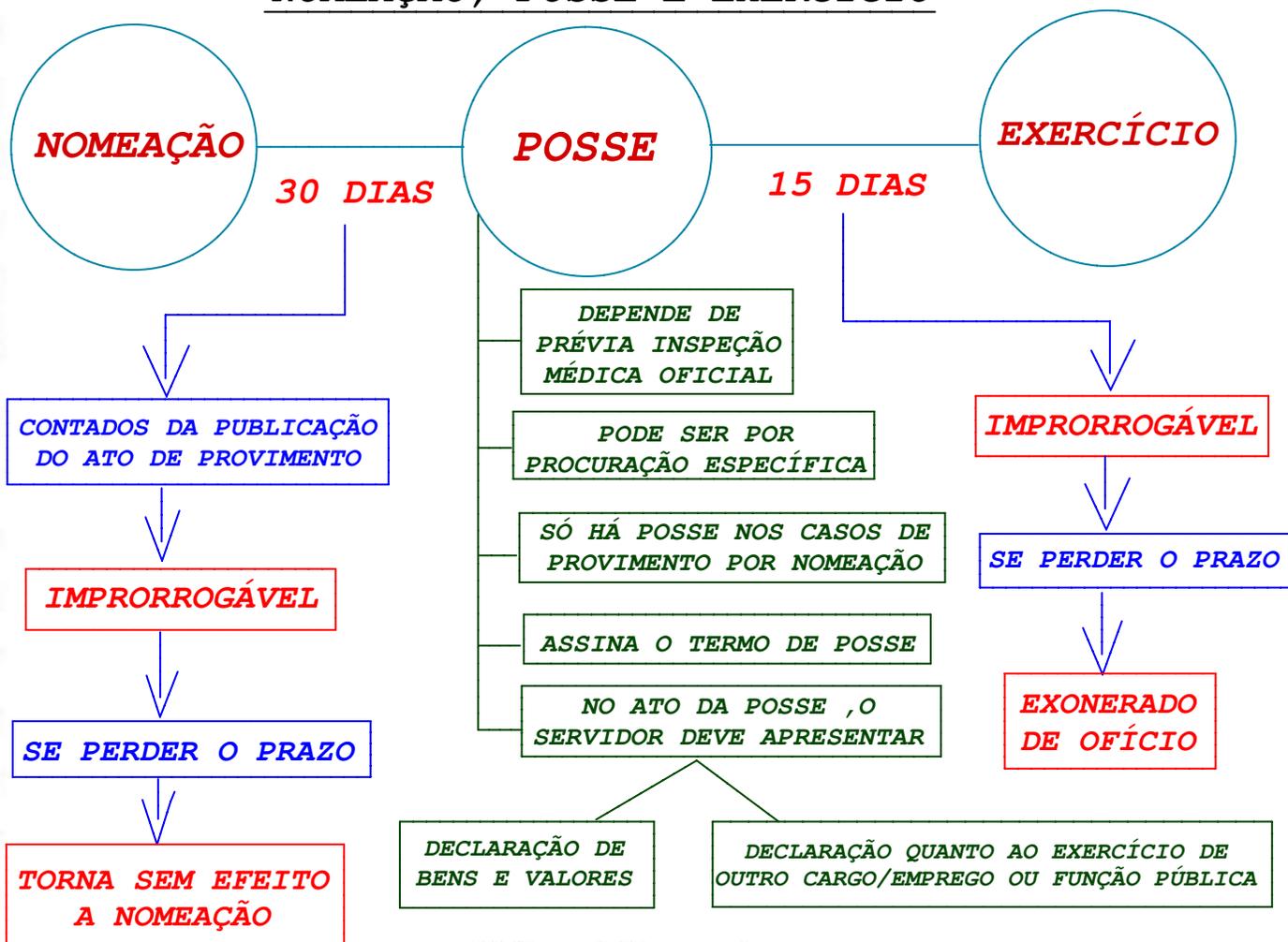
CONCEITO DE
SERVIÇOS DE
ENGENHARIA

☞ DESTINADOS A OBTER DETERMINADA UTILIDADE,
INTELLECTUAL OU MATERIAL;
☞ SERVIÇOS PRIVATIVOS DAS PROFISSÕES DE ARQUITETO
E ENGENHEIRO OU DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS;
☞ QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE OBRA

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - LEI 8.112/90

NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CONCENTRAÇÃO X DESCONCENTRAÇÃO

CONCENTRAÇÃO

OCORRE QUANDO A PESSOA JURÍDICA INTEGRANTE DA ADM. PÚBLICA **EXTINGUE SEUS ÓRGÃOS**

REUNINDO EM UM NÚMERO MENOR DE UNIDADES AS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS

DESCONCENTRAÇÃO

REFERE-SE À DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE COMPETÊNCIAS

A QUAL DÁ ORIGEM AOS **ÓRGÃOS PÚBLICOS**

DESCONCENTRAÇÃO X DESCENTRALIZAÇÃO

DESCONCENTRAÇÃO

OCORRE DENTRO DE UMA **ÚNICA PESSOA JURÍDICA**

HÁ **RELAÇÃO HIERÁRQUICA**

DESCENTRALIZAÇÃO

SÃO **DUAS** PESSOAS JURÍDICAS DISTINTAS (UMA TRANSFERE E A OUTRA RECEBE A COMPETÊNCIA)

NÃO HÁ RELAÇÃO DE HIERARQUIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ATOS ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS (III)

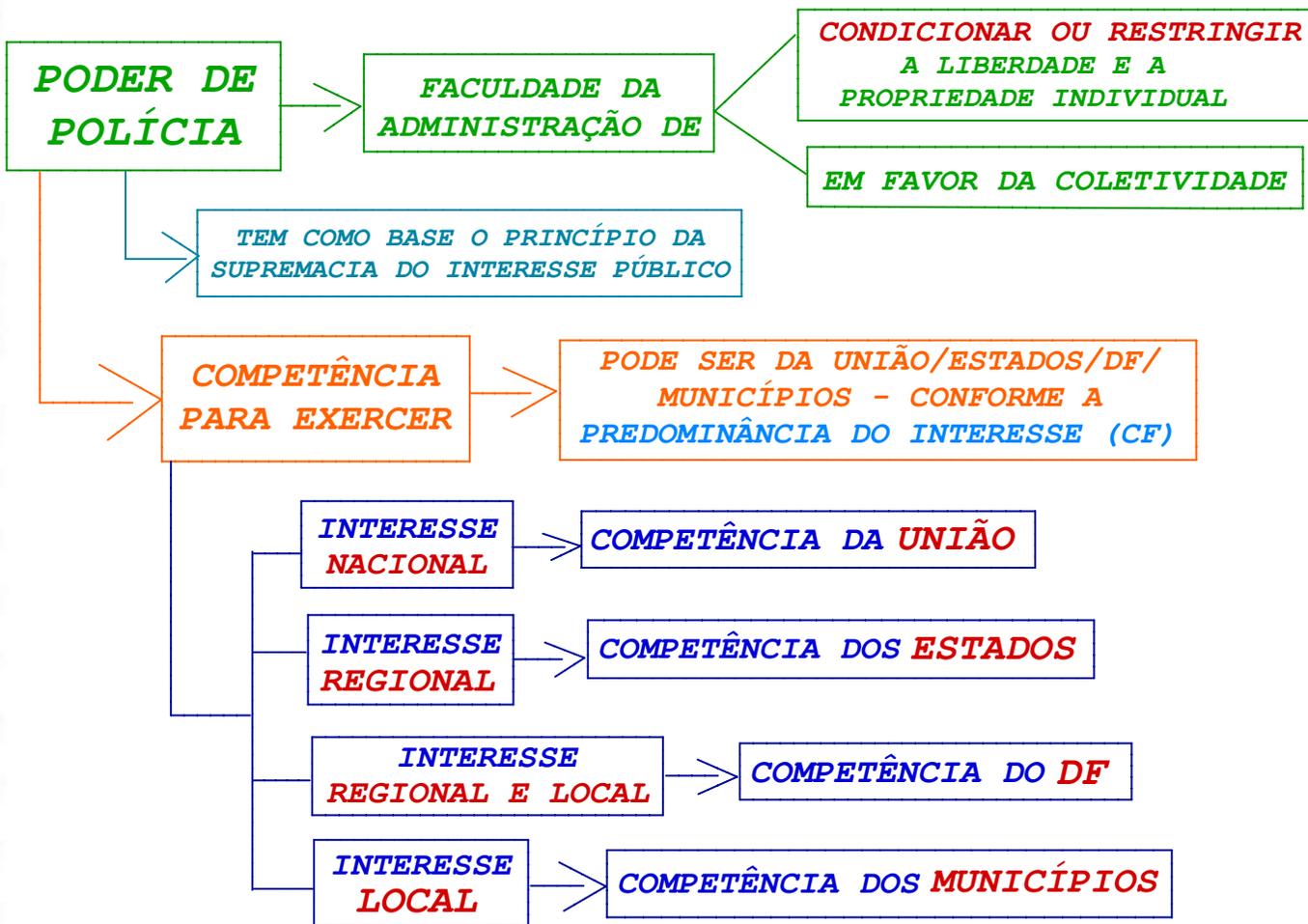
ATO VÁLIDO X ANULÁVEL X NULO X INEXISTENTE



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - PODERES ADMINISTRATIVOS

PODER DE POLÍCIA



DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - AGENTES PÚBLICOS

CARGO X EMPREGO X FUNÇÃO

CARGO	EMPREGO	FUNÇÕES
<ul style="list-style-type: none">☞ OCUPADOS POR SERVIDORES PÚBLICOS☞ SUBMETEM-SE AO REGIME ESTATUTÁRIO (SEU VÍNCULO DECORRE DE LEI)☞ SÃO CRIADOS POR LEI☞ DIVIDEM-SE EM CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO☞ EFETIVOS: DEPENDE DE CONCURSO☞ TEM DIREITO A ESTABILIDADE (OS DO CARGO EFETIVO - CUMPRIDO OS REQUISITOS)☞ EM COMISSÃO: LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">☞ OCUPADOS POR EMPREGADOS PÚBLICOS☞ SUBMETEM-SE AO REGIME DA CLT (NATUREZA CONTRATUAL)☞ SÃO CRIADOS POR LEI☞ INGRESSO MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO☞ EM REGRA, ENCONTRAM-SE NAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	<ul style="list-style-type: none">☞ NÃO PRECISAM DE CONCURSO PÚBLICO☞ DIVIDEM-SE EM 2 TIPOS: TEMPORÁRIA E DE CONFIANÇA☞ FUNÇÃO TEMPORÁRIA:<ul style="list-style-type: none">◆ EXERCIDA POR SERVIDORES TEMPORÁRIOS◆ CASO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO◆ NÃO OCUPAM CARGO OU EMPREGO◆ EX: MÉDICO CONTRATADO PARA AUXILIAR UM SURTO DE UMA DOENÇA☞ FUNÇÃO DE CONFIANÇA:<ul style="list-style-type: none">◆ EXCLUSIVO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO◆ ATRIBUIÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTOEX: ASSESSOR DE JUIZ

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS: PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO X TÁTICO X OPERACIONAL

ESTRATÉGICO	TÁTICO	OPERACIONAL
LONGO PRAZO	MÉDIO PRAZO	CURTO PRAZO
TODA A ORGANIZAÇÃO	DEPARTAMENTO	UNIDADE (DENTRO DE UM DEPARTAMENTO)
RISCO ALTO	RISCO MÉDIO	RISCO BAIXO
DIRETORES	GERENTES	SUPERVISORES

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PLANEJAMENTO

MISSÃO X VISÃO X VALORES X NEGÓCIO

MISSÃO	<ul style="list-style-type: none">➡ É O MOTIVO PELO QUAL A ORGANIZAÇÃO FOI CRIADA.➡ REPRESENTA A IDENTIDADE DA ORGANIZAÇÃO.➡ É ATEMPORAL (PERMANENTE).➡ INDICA QUAIS BENEFÍCIOS A ORGANIZAÇÃO TRARÁ PARA A SOCIEDADE ASSIM COMO O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO NA SOCIEDADE E COMO A ORGANIZAÇÃO PRETENDE ATUAR EM SEU DIA A DIA.
VISÃO	<ul style="list-style-type: none">➡ É A "VISÃO DE FUTURO" DA ORGANIZAÇÃO➡ DEVE TRADUZIR O CONSENSO DOS MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO SOBRE O FUTURO QUE SE DESEJA, SENDO BASTANTE CLARA E COERENTE COM A MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO.
VALORES	<ul style="list-style-type: none">➡ CONJUNTO DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS E DAS CRENÇAS QUE NORTEIAM O COMPORTAMENTO DA ORGANIZAÇÃO.➡ CONSTITUEM A BASE PARA A TOMADA DE DECISÃO.➡ INDICA COMO OS MEMBROS DEVEM SE COMPORTAR
NEGÓCIO	<ul style="list-style-type: none">➡ REPRESENTA O "RAMO DE ATIVIDADES" NO QUAL A EMPRESA ATUA.➡ ESTÁ RELACIONADO ÀS ATIVIDADES PRINCIPAIS DA ORGANIZAÇÃO EM UM MOMENTO ESPECÍFICO.

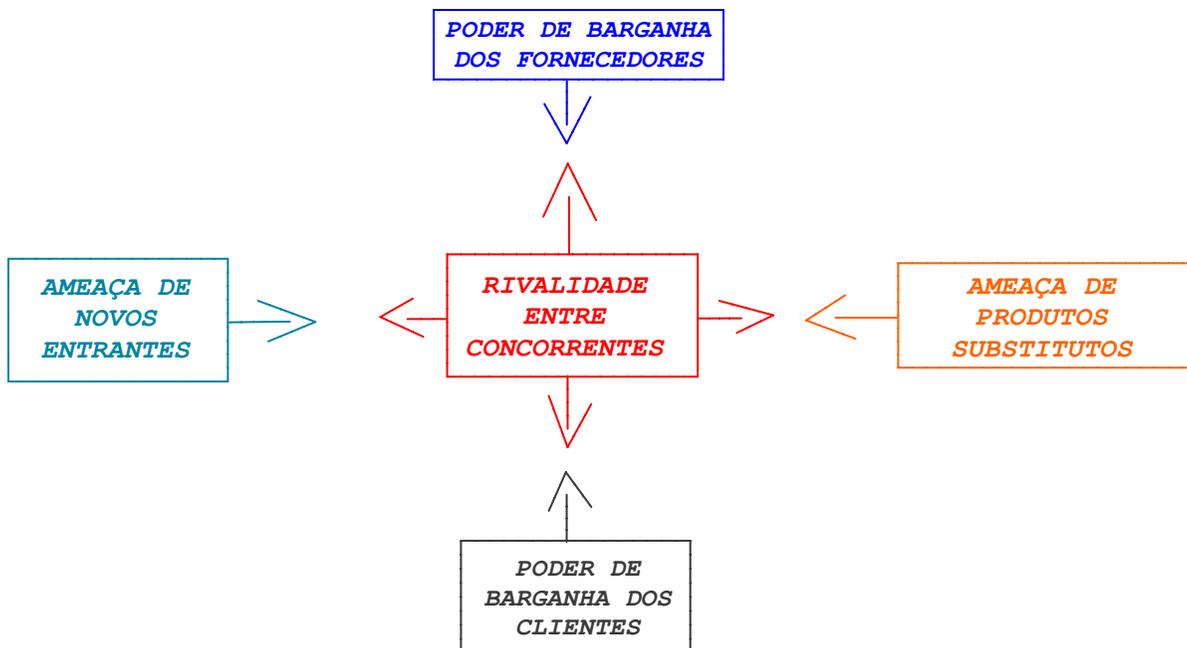
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRINCIPAIS FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS

5 FORÇAS DE PORTER

➡ PORTER DEFENDE QUE É IMPORTANTE QUE A ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL LEVE EM CONSIDERAÇÃO E ENTENDA A **ESTRUTURA DO MERCADO** NA QUAL A ORGANIZAÇÃO ESTÁ INSERIDA, **BEM COMO AS INTERAÇÕES DO AMBIENTE**;

➡ O AUTOR IDENTIFICOU 05 FORÇAS COMPETITIVAS: AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES, AMEAÇA DE PRODUTOS SUBSTITUTOS, PODER DE BARGANHA DOS FORNECEDORES, PODER DE BARGANHA DOS CLIENTES E RIVALIDADE ENTRE CONCORRENTES (CONCORRÊNCIA NO SETOR).



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: COMUNICAÇÃO

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

☞ **UM GESTOR PRECISAR COMPREENDER QUAIS SÃO AS VANTAGENS/ DESVANTAGENS DE CADA CANAL ANTES DE ESCOLHER O MAIS ADEQUADO;**

VANTAGENS DO CANAL POBRE	ATINGE UM GRANDE NÚMERO DE PESSOAS; COMUNICAÇÃO RESTRITA E PODE SER REENVIADA DA MESMA FORMA; PLANEJAMENTO ANTECIPADO E EM DETALHES; FÁCIL REPLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO;
VANTAGENS DO CANAL RICO	PESSOAL; CANAL DE MÃO-DUPLA (RESPOSTA MAIS RÁPIDA DO RECEPTOR); FEEDBACK INSTANTÂNEO.

COMUNICAÇÃO INTERNA X EXTERNA

INTERNA	VISA ALCANÇAR OS MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO;
EXTERNO	PÚBLICO-ALVO SÃO OS DIVERSOS PÚBLICOS EXTERNOS

COMUNICAÇÃO ORAL (OU VERBAL) E ESCRITA

ESCRITA	MUITO UTILIZADA PARA A CONFECÇÃO DE DOCUMENTOS, MANUAIS, TEXTOS TÉCNICOS, ETC. DEVE SER CLARA E UTILIZAR LINGUAGEM ADEQUADA PARA QUE SEJA EFICAZ
VERBAL OU ORAL	ENVOLVE FALA/ORATÓRIA. IMPORTANTE PARA INFLUENCIAR OS DEMAIS, CONVENCER OS CLIENTES, COMUNICAR O QUE DESEJAM, ETC.
NÃO-VERBAL	ENVOLVE AÇÕES E CONDUTAS AO INVÉS DE PALAVRAS.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

PPA - LDO - LOA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

(ELO ENTRE O PPA E A LOA)

LDO

COMPREENDERÁ AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

ESTABELECE AS DIRETRIZES DE POLÍTICA FISCAL E RESPECTIVAS METAS, EM CONSONÂNCIA COM TRAJETÓRIA SUSTENTÁVEL DA DÍVIDA PÚBLICA

ORIENTARÁ A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

DISPORÁ SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E ESTABELECE A POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO.

É ANUAL, MAS A VIGÊNCIA EXTRAPOLA O EXERCÍCIO FINANCEIRO, UMA VEZ QUE É APROVADA ATÉ O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO E ORIENTA A ELABORAÇÃO DA LOA NO SEGUNDO SEMESTRE. ADEMAIS, ESTABELECE REGRAS ORÇAMENTÁRIAS A SEREM EXECUTADAS AO LONGO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO SUBSEQUENTE

O PRAZO PARA ENCAMINHAMENTO AO LEGISLATIVO

É DE 08 MESES E MEIO ANTES DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO (15/04)

E A DEVOLUÇÃO AO EXECUTIVO DEVE SER REALIZADA ATÉ O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO PERÍODO DA SESSÃO LEGISLATIVA (17/07)

 A SESSÃO LEGISLATIVA NÃO SERÁ INTERROMPIDA SEM A APROVAÇÃO DA LDO

DIREITO PENAL

DICA - CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

CONCUSSÃO X CORRUPÇÃO PASSIVA

CONCUSSÃO

O AGENTE **EXIGE** A VANTAGEM INDEVIDA

X

**CORRUPÇÃO
PASSIVA**

O AGENTE **SOLICITA** OU **RECEBE**
A VANTAGEM INDEVIDA, OU MESMO
ACEITA A PROMESSA DE SUA ENTREGA

👉 **AMBOS SÃO
CRIMES FORMAIS**

**SÃO CONSUMADOS COM A
PRÁTICA DA CONDUTA (VERBO)**

**DISPENSAM O RECEBIMENTO
DA VANTAGEM INDEVIDA**

**EXCEÇÃO: CORRUPÇÃO
PASSIVA PRIVILEGIADA**

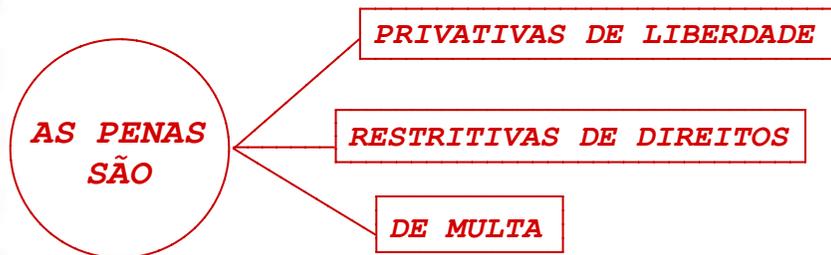
**CRIME
MATERIAL**

**EXCETO NA
MODALIDADE DE
"RECEBER VANTAGEM
INDEVIDA"**

DIREITO PENAL

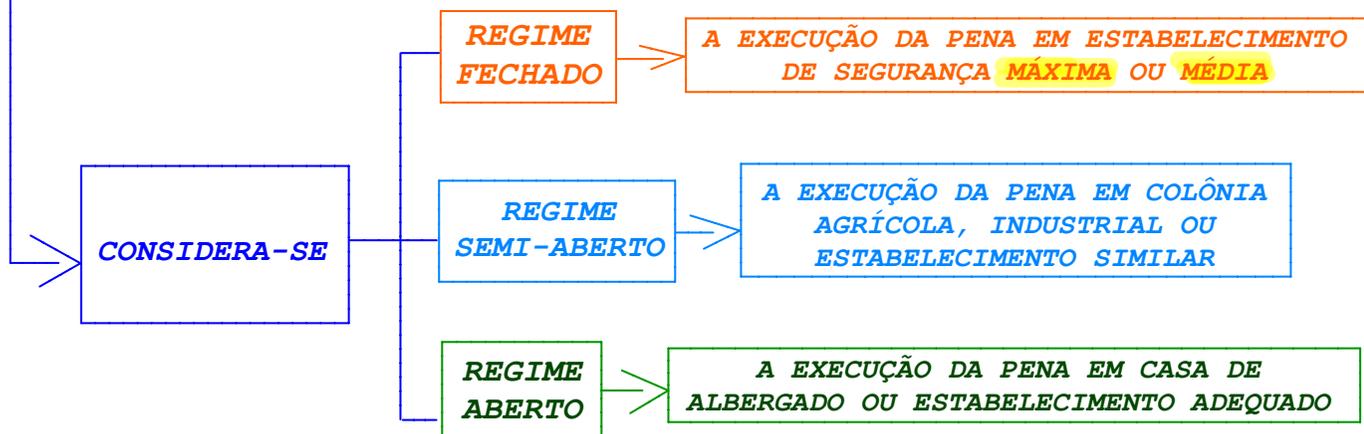
DAS PENAS

ESPÉCIES DE PENA



DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE- RECLUSÃO E DETENÇÃO

☞ A PENA DE RECLUSÃO DEVE SER CUMPRIDA EM REGIME FECHADO, SEMI-ABERTO OU ABERTO. A DE DETENÇÃO, EM REGIME SEMI-ABERTO, OU ABERTO, SALVO NECESSIDADE DE TRANSFERÊNCIA A REGIME FECHADO



DIREITO PENAL

DICA - APLICAÇÃO DA LEI PENAL

LEI PENAL NO TEMPO (I)



DIREITO PENAL

DICA - PRINCÍPIOS

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

NINGUÉM SERÁ CONSIDERADO CULPADO

ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO
DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA

EM REGRA: CABE AO ACUSADOR O ÔNUS
DE PROVAR AS ALEGAÇÕES FEITAS

AGENTE TEM QUE SER TRATADO COMO INOCENTE DENTRO DO PROCESSO
(DIMENSÃO INTERNA) E FORA DO PROCESSO (DIMENSÃO EXTERNA)

IMPORTANTE



NÃO É MAIS PERMITIDA A PRISÃO
EM SEGUNDA INSTÂNCIA

SEGUNDO O STF, ESSE TIPO DE PRISÃO VIOLA
O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

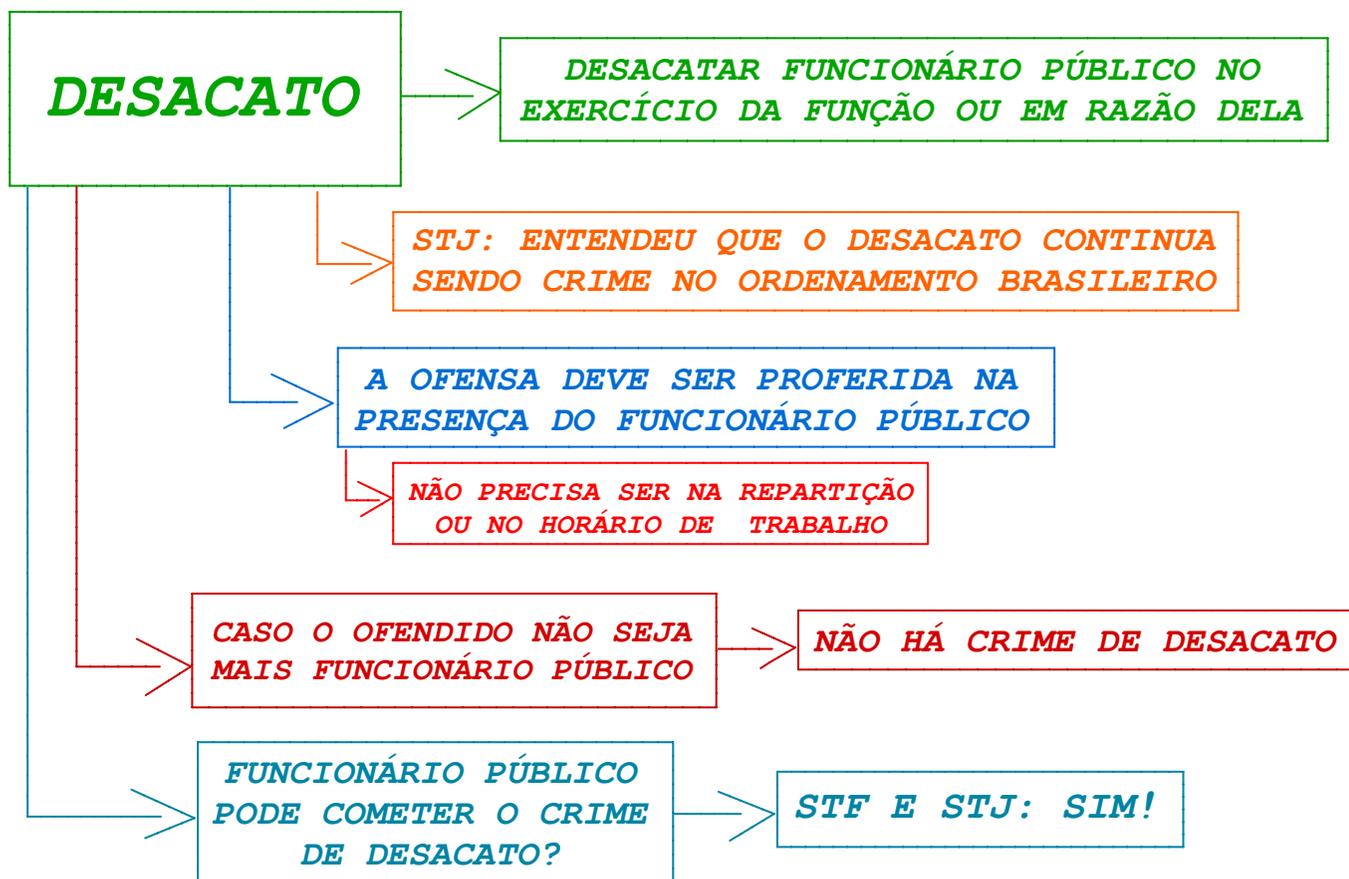
PRISÕES PROVISÓRIAS NÃO VIOLAM ESSE PRINCÍPIO

É VEDADA A UTILIZAÇÃO DE INQUÉRITOS POLÍCIAS E AÇÕES
PENAIIS PARA AGRAVAR A PENA-BASE (SÚMULA 444 STJ)

DIREITO PENAL

**DICA - CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL**

DESACATO



SUSTENTABILIDADE

MEIO AMBIENTE

☞ **TODOS TÊM DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO, BEM DE USO COMUM DO POVO E ESSENCIAL À SADIA QUALIDADE DE VIDA, IMPONDO-SE AO PODER PÚBLICO E À COLETIVIDADE O DEVER DE DEFENDÊ-LO E PRESERVÁ-LO PARA AS PRESENTES E FUTURAS GERAÇÕES.**

☞ **PARA ASSEGURAR A EFETIVIDADE DESSE DIREITO, INCUMBE AO PODER PÚBLICO:**

- ✓ **PRESERVAR E RESTAURAR OS PROCESSOS ECOLÓGICOS ESSENCIAIS E PROVER O MANEJO ECOLÓGICO DAS ESPÉCIES E ECOSSISTEMAS;**
- ✓ **PRESERVAR A DIVERSIDADE E A INTEGRIDADE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO DO PAÍS E FISCALIZAR AS ENTIDADES DEDICADAS À PESQUISA E MANIPULAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO;**
- ✓ **DEFINIR, EM TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, ESPAÇOS TERRITORIAIS E SEUS COMPONENTES A SEREM ESPECIALMENTE PROTEGIDOS, SENDO A ALTERAÇÃO E A SUPRESSÃO PERMITIDAS SOMENTE ATRAVÉS DE LEI, VEDADA QUALQUER UTILIZAÇÃO QUE COMPROMETA A INTEGRIDADE DOS ATRIBUTOS QUE JUSTIFIQUEM SUA PROTEÇÃO;**
- ✓ **EXIGIR, NA FORMA DA LEI, PARA INSTALAÇÃO DE OBRA OU ATIVIDADE POTENCIALMENTE CAUSADORA DE SIGNIFICATIVA DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL, A QUE SE DARÁ PUBLICIDADE;**
- ✓ **CONTROLAR A PRODUÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E O EMPREGO DE TÉCNICAS, MÉTODOS E SUBSTÂNCIAS QUE COMPORTEM RISCO PARA A VIDA, A QUALIDADE DE VIDA E O MEIO AMBIENTE;**
- ✓ **PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO E A CONSCIENTIZAÇÃO PÚBLICA PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE;**
- ✓ **PROTEGER A FAUNA E A FLORA, VEDADAS, NA FORMA DA LEI, AS PRÁTICAS QUE COLOQUEM EM RISCO SUA FUNÇÃO ECOLÓGICA, PROVOQUEM A EXTINÇÃO DE ESPÉCIES OU SUBMETAM OS ANIMAIS A CRUELDADE.**

DIREITO AMBIENTAL

MEIO AMBIENTE

☞ **AQUELE QUE EXPLORAR RECURSOS MINERAIS FICA OBRIGADO A RECUPERAR O MEIO AMBIENTE DEGRADADO, DE ACORDO COM SOLUÇÃO TÉCNICA EXIGIDA PELO ÓRGÃO PÚBLICO COMPETENTE**

☞ **AS CONDUTAS E ATIVIDADES CONSIDERADAS LESIVAS AO MEIO AMBIENTE SUJEITARÃO OS INFRATORES, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, A SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS, INDEPENDENTEMENTE DA OBRIGAÇÃO DE REPARAR OS DANOS CAUSADOS.**

**A FLORESTA AMAZÔNICA BRASILEIRA
A MATA ATLÂNTICA
A SERRA DO MAR
O PANTANAL MATO-GROSSENSE
E A ZONA COSTEIRA**

SÃO PATRIMÔNIO NACIONAL

E SUA UTILIZAÇÃO FAR-SE-Á, NA FORMA DA LEI, DENTRO DE CONDIÇÕES QUE ASSEGUREM A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, INCLUSIVE QUANTO AO USO DOS RECURSOS NATURAIS.

☞ **SÃO INDISPONÍVEIS AS TERRAS DEVOLUTAS OU ARRECADADAS PELOS ESTADOS, POR AÇÕES DISCRIMINATÓRIAS, NECESSÁRIAS À PROTEÇÃO DOS ECOSISTEMAS NATURAIS.**

☞ **AS USINAS QUE OPEREM COM REATOR NUCLEAR DEVERÃO TER SUA LOCALIZAÇÃO DEFINIDA EM LEI FEDERAL, SEM O QUE NÃO PODERÃO SER INSTALADAS.**

☞ **NÃO SE CONSIDERAM CRUÉIS AS PRÁTICAS DESPORTIVAS QUE UTILIZEM ANIMAIS**

DESDE QUE SEJAM MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

EX: VAQUEJADA